SnapshoT SBVC Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo CONSUMO

Ambiente Econômico

O peso do governo na economia brasileira

Nos últimos dias algumas manifestações que minimizavam a influência do poder executivo na vida econômica nacional tomaram força e chegaram até mesmo a incomodar o Presidente da República que se manifestou publicamente a respeito.

É evidente que o Poder Público tem um peso muito relevante na economia brasileira, porém é importante ressaltar que, a partir do momento que o empresariado e o trabalhador / consumidor resolvem confiar mais nas suas ações e começam a se movimentar em busca de uma saída para o marasmo econômico o ambiente melhora substancialmente, o que reforça e amplifica as medidas positivas assumidas pelas instituições públicas e tudo começa a conspirar contra a inércia que tende a levar o país cada vez mais ao fundo.

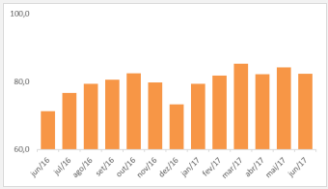
Um exemplo claro deste ponto, resguardadas todas as condições de comparação, é o que vem acontecendo nos Estados Unidos. Independentemente da turbulência causada pela família Trump, inquilina da Casa Branca desde janeiro deste ano e mesmo perante uma certa paralização do Congresso Americano frente ao impasse político, a economia definitivamente deixou qualquer vestígio de abalo para trás e segue confiante para o futuro, com o consumidor animado e, principalmente, o empresariado agindo de forma positiva. É certo que a herança econômica de Trump é muito mais favorável do que a nossa, mas o nível de descolamento das interferências do Poder Público sobre a atividade privada, permite que as coisas aconteçam de forma mais fácil do que por aqui. O índice de desemprego é de 4,3%, o mais baixo em 16 anos e o PIB cresceu 1,2% anualizado no primeiro trimestre.

O que é importante e deve fazer parte das reflexões, e que a inciativa privada no Brasil não deve apenas manter no plano das intenções, é como encaminhar junto às instituições públicas, em especial o executivo e o legislativo em todas as esferas, e principalmente na Federal, ações que venham a diminuir o peso do Estado nas decisões econômicas, assim como manter esta atuação mais estável ao longo de períodos longos de tempo. Ultrapassado o turbilhão político, é hora das entidades representativas da inciativa privada começarem a cobrar dos postulantes aos cargos eletivos das eleições do ano que vem, suas propostas para estas questões. Definitivamente, apenas isto não movimenta o país, mas pode ajudar a coloca-lo na direção de um crescimento muito mais sustentável.

Dashboard

Confiança do Consumidor

Junho 82,3



Demanda por Crédito

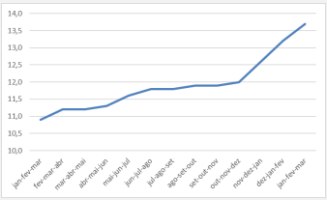
SERASA Pessoa Física

Junho sobre Maio – 2,2%

Desemprego

PNAD Contínua

Mar/Abr/Mai 2017 13,3%



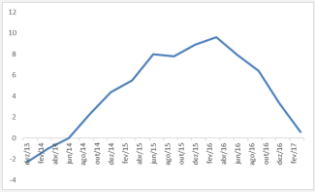
Rendimento Médio

1o tri 2017 R$ 2.312,00

Inadimplência Empresas

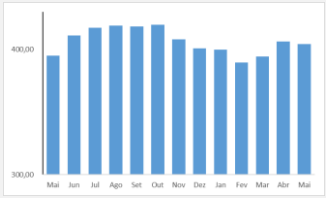
Boa Vista

Mar 17 0,6%



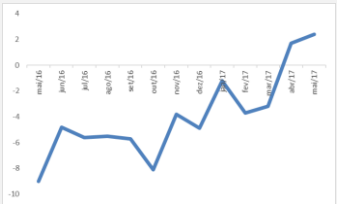
Valor Cesta Básica Média

Maio R$ 404,28



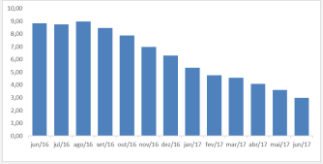
Varejo (PMC)

Maio 2,4%



Inflação

Junho 3,00 %



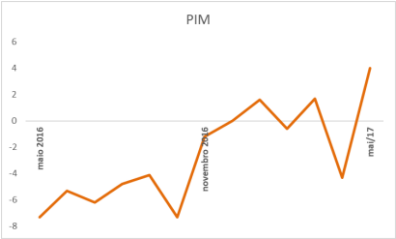
Destaque do Mês

A reforma trabalhista

A Constituição de 1988 acrescentou ou encaminhou uma série de benefícios, todos estes válidos, concedidos pelas empresas aos trabalhadores, porém tocou muito pouco nas relações de trabalho preconizadas pela CLT de 1943, promulgada por Getúlio Vargas.
De lá para cá o mundo mudou significativamente e as leis trabalhistas praticamente ignoraram todo o processo de modernização pelo qual passou o mundo: a globalização, as reorganizações geopolíticas, os novos blocos no comércio mundial, o desaparecimento ou enfraquecimento de economias assim como o surgimento de outras, o sepultamento de algumas profissões e o nascimento de novas, culminando tudo isto com a digitalização e conectividade que hoje rege o mundo e, principalmente, os habitantes de nosso planeta.
Estas mudanças ocorridas no período de pouco mais de 70 impactaram significativamente as relações de consumo e, por decorrência, as de trabalho. O Brasil, de forma olímpica e com forte acento sindicalista que em parte suportou de maneira explícita, e em alguns casos atuando com postura pelega, inúmeros governos ao longo destes anos, simplesmente fechava os olhos às mudanças e continuava a administrar as relações de trabalho como se ainda estivessem por chegar as indústrias automobilísticas no país.
As novas regras, certamente dinamizarão o mercado de trabalho, permitindo a criação de novos postos e a geração de empregos, atingindo a economia como um todo. Ainda é cedo e o momento também não é o mais propício, porém em breve será possível mensurar de forma mais clara os impactos econômicos que certamente serão trazidos pela modernização das relações de trabalho. É importante ressaltar que o conteúdo e o desenho deste projeto de lei foi feito a muitas mãos e que o governo foi apenas um agente institucional da mudança. Por sinal e apesar do rebuliço político que atravessamos, um governo de baixa aprovação como o atual tem o perfil ideal para a proposição de ajustes como o que foi realizado. As adequações no sistema previdenciário também seriam bem vindas, mas se mostram com baixa probabilidade de acontecer, mantidas as condições de governabilidade atuais.
Muito se aprende em relação à força de uma sociedade quando se vê mudanças almejadas pela maioria desta acontecendo mesmo sob o comando institucional de um executivo e um legislativo impopulares e tão envolvidos em escândalos de corrupção.

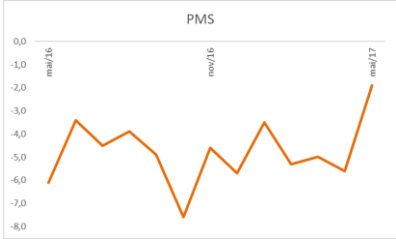
Indústria

Indústria sobe 0,8% em Maio em relação a Abril e também sobe 4,0% em comparação com Maio de 2016



Serviços

Apesar da retração de 1,9% em Maio em relação a Maio de 2016, o setor de serviços cresceu 0,1 % em relação a Abril.



A recuperação da indústria

O mercado externo tem sido o grande motivo da recuperação da indústria brasileira, muito embora os dados da Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE também mostre sinais de recuperação, ainda que em ritmo mais lento, do mercado de consumo interno. A expansão da indústria em 4,0% verificada em Maio de 2017 em relação ao mesmo mês do ano anterior foi a mais significativa desde Fevereiro de 2014, no prenúncio da crise. Nos primeiros 5 meses deste ano, a indústria cresceu 0,5% e, mantido este ritmo de crescimento deverá ao lado do setor agrícola, responder pelo crescimento do PIB nacional, estimado na segunda semana do mês de Julho em 0,34%, de acordo com a média das projeções da principais empresas e analistas econômicos consubstanciados no Boletim Focus e editado pelo Banco Central do Brasil.
A indústria cresceu 0,8% em Maio em relação a Abril deste ano e de forma generalizada nas quatro grandes categorias. Os bens duráveis cresceram 6,7%, seguidos pelos bens de capital com crescimento de 3,5%, tendo na sequência os bens de consumo semi e não-duráveis com 0,7% e por fim os bens intermediários com taxa positiva de 0,3%.
Os destaques positivos em relação ao setores que compõem as categorias de produtos foram, no mês de Maio: veículos com crescimento de 9,0%, perfumaria produtos de limpeza e higiene pessoal com 4,0% e produtos alimentícios com 2,7%.
Por outro lado, os destaques negativos foram os setores de produtos farmacêuticos com queda de 7,6% e produtos derivados de petróleo com queda de 2,2%. Reforçando o caráter ainda de certa forma errático na evolução dos índices de crescimento industrial, estes setores registraram em Abril em relação a Março taxas positivas, respectivamente de 13,9% e 1,9%.
Independentemente da recuperação que se desenha para a indústria brasileira, o setor ainda carece de um planejamento que evidencie qual papel o país pretende ocupar no cenário mundial. A exportação tem peso crescente na balança comercial brasileira mas a sucessão de medidas desprovidas de critério, seja por um lado a concessão ou não de financiamentos ou por outro lado os processos de desoneração e reoneração, confundem sobremaneira o segmento e dificulta a tomada de decisões de longo prazo. Pauta para o próximo governo.